



A DEFESA NACIONAL

O Serviço Militar Face às Doutrinas Estratégicas*

Antonio Eduardo Queiroz Martins Barrento**

Matéria extraída de conferência proferida durante a 8ª Jornada IDN CSEDEN realizado na cidade do Porto, Portugal, em 17 e 18.10.1991, publicada na revista Nação e Defesa do Exército português.

Apresenta argumentos para o debate que se faz, com insistência crescente, sobre o regime do serviço militar no Brasil.

INTRODUÇÃO

Foi-me solicitada uma reflexão e posterior intervenção sobre a influência das doutrinas estratégicas nos modelos de serviço militar. Embora não tivesse idéias claras sobre o assunto, aceitei, de imediato, por me parecer um tema essencial, muito oportuno e interessante.

Essencial, porque os modelos de serviço militar são as formas de se obter o potencial humano para o aparelho de coação militar, cuja razão de existir está na sua capacidade em realizar as doutrinas estratégicas; muito oportuno porque, apesar de algumas orientações já tomadas, o debate não está encerrado; e interessante, porque é um desafio podermos aqui chegar a algumas conclusões, já que se trata de um tema "quente", que nos obriga a colocar os interesses nacionais acima dos interesses particulares, a razão acima da paixão.

** Brigadeiro do Exército português.

* Selecionado pelo PADECEME.

Entre outros caminhos intelectuais para o seu tratamento, poderíamos considerar firmes os modelos de serviço militar, para que se têm encaminhado as direções políticas, e ir verificar da viabilidade das doutrinas estratégicas; e poderíamos considerar firmes as doutrinas estratégicas, e procurar avaliar como os modelos de serviço militar se comportavam quando as praticassem. Pareceram-nos, porém, muito extremadas essas duas abordagens, por limitarmos os modelos de serviço militar; ou as doutrinas estratégicas.

Além disso, qualquer dessas abordagens parece menos correta e limitativa, porque sublinha o desprezo por um dos mais importantes princípios da guerra e da estratégia, que é o da adequação dos meios aos fins, da quantidade e qualidade da força aos objetivos. No nosso caso, do potencial humano das Forças Armadas às doutrinas estratégicas que elas terão que realizar.

Rejeitamos, portanto, essas duas posições e decidimos fazer uma abordagem em que consideramos em aberto os dois principais modelos de serviço militar e em que vamos avaliar o seu comportamento, colocando-os em face das tendências que se prefiguram para as doutrinas estratégicas.

Quanto aos modelos de serviço militar não há qualquer dúvida, porque eles são bem conhecidos e podem sintetizar-se desta forma: voluntariado e exércitos profissionalizados; obrigatoriedade e exércitos de contingente. O modelo do voluntariado cobre várias "nuanças" de mais ou menos profissionalismo, de períodos de serviço mais ou menos extensos; o modelo da obrigatoriedade nunca aparece puro, mas é um figurino tendencial; o sistema misto, que não consideramos para fazer o confronto com as dou-

trinas, é o da combinação dos dois modelos anteriores, com pesos variáveis de um ou de outro.

Quanto às tendências estratégicas, a sistematização é mais complexa, pela sua variabilidade e singularidades, que resultam das grandes mutações a que temos vindo a assistir e da incerteza sobre o futuro; das concepções políticas que as determinam e dos interesses que se pretendem preservar ou adquirir; dos espaços geográficos a que se aplicam e do horizonte temporal da sua consecução.

Por isso, e para clarificar e delimitar o nosso trabalho, tivemos que fazer algumas opções: quanto ao conceito, pareceram-nos importantes as principais tendências de formulação das doutrinas estratégicas e as tendências que se prefiguram para a ação estratégica; quanto ao tempo, posicionamo-nos no presente olhando para o futuro; quanto ao espaço, colocamo-nos no nacional, não esquecendo o internacional.

O esquema da nossa intervenção é o seguinte: num primeiro passo, faremos algumas considerações sobre as tendências estratégicas; seguidamente, vamos colocar os dois modelos de serviço militar face a cada uma das tendências anteriormente indicadas; fecharemos, por fim, com algumas reflexões.

TENDÊNCIAS ESTRATÉGICAS

Tendências para a Formulação das Doutrinas

A variedade das doutrinas estratégicas, nos conceitos, no espaço e no tempo, não impede que haja determinadas orientações que ajudam a construí-las, que se apresentam

como quase permanentes. Apesar da sua constância, elas são um fator de mudança do pensamento estratégico; do processo de adaptação da ação estratégica à evolução do pensamento; da forma de adequação e do posicionamento da política em relação à conflitológica e à utilização das formas de coação.

Como principais orientações resolvemos sublinhar: *a apetência para a fundamentação histórica; o desejo da modernização; e a procura da legitimidade.*

• *Apetência para a Fundamentação Histórica*

A apetência para a fundamentação histórica, como fonte de idéias ou ilustração das doutrinas, resulta de a história ser um repositório de comportamentos do poder e de evolução das sociedades, e de a estratégia não ser passível de experimentação.

O registo feito pela história contém elementos tão preciosos sobre a guerra, que não há nenhum tratado ou antologia de estratégia que a não percorra, ou que nela não alicerce muitas das suas orientações.

A história surge, assim, como o repositório de fatos e o laboratório possível para a formulação das doutrinas estratégicas, apesar de não haver identidade de situações históricas, mas apenas semelhanças, o que impede a simples utilização do raciocínio analógico, ou o transporte de modelos no tempo.

Logo, a necessidade que a estratégia tem da história, o cuidado que deve ter na sua utilização e a obrigatoriedade de se pensarem as doutrinas para além dos conhecimentos registrados no passado e que a história nos ensina.

• *Desejo da Modernização*

O desejo da modernização deriva da percepção das mutações do ambiente internacional, dos equilíbrios e desequilíbrios do poder, das concepções e práticas políticas e de o engenho humano tornar disponíveis (hoje de forma exponencial) novos conhecimentos, novas técnicas e novas armas.

Porque, no âmbito da estratégia, o que se quer preservar é um bem essencial — a segurança — e o que se quer neutralizar são vontades hostis que têm propósitos idênticos aos nossos, os diversos atores da cena política internacional procurarão utilizar, em seu proveito, as evoluções políticas e os progressos do pensamento e da tecnologia, por forma a tentar manter ou ganhar a iniciativa em relação aos presumíveis adversários.

Essa corrida à atualização dos conceitos e dos meios de agir ou reagir pela violência, de que hoje há uma melhor percepção, pela maior mobilidade do conhecimento, produz uma dinâmica de constante modernização das doutrinas, na procura permanente de melhores eficiências e eficácia.

• *Procura da Legitimidade*

A utilização da força, em potência ou em ato, para alcançar determinados objetivos políticos, carece de vontade política. Mas porque a vontade política, particularmente fora das autocracias, necessita de consensos ou de suportes para se exprimir, é natural que se procure legitimar as ações estratégicas que se pretenda empreender.

A legitimidade pode ser obtida, apenas, no interior do grupo político que pretenda agir; pode ser procurada na adesão de outros

grupos políticos; e pode ser tentada na obtenção de consensos internacionais.

A reconquista cristã na Península e as Cruzadas legitimam-se na fé; o império napoleônico, na libertação das nações oprimidas; a expansão da Alemanha nazi, no *lebensraum*; o belicismo israelita, na sobrevivência do Estado judaico; a luta palestina, no direito de existir; a ação do Iraque no Kuwait em erros históricos no traçado de fronteiras; a intervenção aliada no Golfo, no Direito Internacional, configurado nas resoluções da ONU e no apoio quase unânime da comunidade internacional.

A tendência para a legitimidade é, portanto, a procura da razão grupal, nacional ou internacional, por forma a permitir o empenhamento de combatentes e não combatentes de uma unidade política ou coligação, e o apoio ou a simples neutralidade de outros poderes.

Sendo a guerra uma oposição de conceitos de legitimidade, e considerando que a legitimidade é imprescindível para o desenvolvimento da ação estratégica, é lógica e permanente esta procura, quando da formulação das doutrinas estratégicas.

Tendências para Ação Estratégica

Não é fácil dizer-se quais vão ser as tendências para a ação estratégica, porque, existindo indícios razoavelmente seguros de certas orientações, outras há em que os indícios não são evidentes, o que aproxima as tendências que se formulem de simples conjecturas.

No entanto, parte dessas tendências alicerça-se nas grandes mutações verificadas

no ambiente internacional e nacional, de que retivemos, como mais notáveis, as seguintes:

- que o fim do sistema bipolar e a diminuição do terror nuclear (esta sem fundamento racional) produziram um ambiente de maior instabilidade;

- que há uma mais clara separação entre países ricos e pobres, sem que se vislumbre uma solução para o transporte maciço de capitais e tecnologias do mundo desenvolvido para o mundo que quer, desesperadamente, o desenvolvimento;

- que, no caminho de um mundo bipolar para um mundo multipolar, se vive, atualmente, uma quase hegemonia americana, com o que pode ter de bom quando os nossos interesses sejam convergentes, e de mau quando sejam antagônicos;

- que certos extremismos religiosos e nacionalismos xenófobos substituíram, com vantagem para a manifestação da violência, a decadência das ideologias;

- que passaram a estar em causa Estados e fronteiras que considerávamos estáveis, com toda a turbulência que daí pode advir;

- que a diminuição de certas ameaças e o aparecimento de outras sublinham a importância do Estado-Nação como ator da cena política e unidade de estratégia, o que sugere novos arranjos de poder e coligações;

- que a uma maior esperança de paz, por diminuição da probabilidade da "grande guerra mundial", se deve juntar uma maior possibilidade de surgir a "pequena guerra" (guerrilha) e a "guerra regional";

- que Portugal regressou às suas fronteiras de quatrocentos, recuperou a estima das democracias e perdeu valor, em termos de poder, na cena internacional;

- que a perda do "império" veio determinar a nossa maior ligação à Europa;

• que o espaço nacional, de reduzidas dimensões e com territórios descontínuos, apresenta, além dessas vulnerabilidades, a que resulta do valor estratégico que têm, para outras potências, algumas das suas parcelas;

• que, com a perda dos territórios de além-mar, diminuiu a nossa dependência das potências marítimas, mas continuamos na fronteira entre o mar e a terra;

• que os traumas da guerra prolongada de catorze anos ainda não foram totalmente superados, o que acentua, nas opiniões, uma certa apetência para o neutralismo, posição que tem, aliás, antecedentes históricos;

• que a segurança não pode alicerçar-se, apenas, nas disponibilidades nacionais, mas os nossos interesses podem não coincidir com os dos nossos aliados.

Com toda a incerteza das construções que se projetam no tempo, onde se encontram direções firmes com acontecimentos do universo aleatório, que só o futuro dirá da sua realização ou validade, e com todo o risco inerente a estas circunstâncias, vamos apresentar, como principais tendências para a ação estratégica, as seguintes: *a evolução do conceito de ameaça; o alargamento da intervenção; a reformulação dos arranjos estratégicos; o realce do irregular.*

• A Evolução do Conceito de Ameaça

Não sendo um problema exclusivamente nacional, porque é visível nas preocupações de organismos internacionais e na estratégia de outras potências, o conceito de ameaça está em transformação e a sua evolução parece fazer-se em dois sentidos: por um lado, no sentido de uma noção mais ampla de ameaça, que possa conter agressões a vários interesses e não, apenas, ao da segurança; por

outro, no sentido da diminuição da intensidade da coação militar. Ou seja, pensa-se, interioriza-se e prepara-se a ação para um aumento da gama de ameaças e para uma diminuição da violência armada.

O sentido mais largo de ameaça, correspondendo a uma abertura a outras formas de agressão, surge, naturalmente, de uma melhor transparência e clarificação dos interesses universais e nacionais, e das possíveis ameaças que sobre eles pendem. Resulta, também, do acréscimo de valor de algumas referências coletivas — o ambiente, a cultura, o bem-estar, a tranqüilidade — e da possibilidade e conhecimentos de novas agressões, como a mobilidade dos capitais, a agressão ecológica, a droga e a percepção da própria guerra, ainda que travada a distância, por perturbadora das consciências.

A outra corrente de evolução — de menor consideração das ameaças de violência armada — resulta do ambiente de desanuviamento que fez diminuir a ameaça militar do Leste.

Função do afastamento da ameaça militar, que o conflito do Golfo nos mostrou ser, apenas, aparente, tem surgido a tendência, também já verificada noutros países, de utilizar as Forças Armadas no tratamento de algumas das novas ameaças, ao abrigo da sua disponibilidade para o cumprimento de outras tarefas de interesse do Estado.

Essa tendência obriga-nos às seguintes considerações:

— A adoção de um conceito mais amplo de ameaça e agressão deve ser uma preocupação lógica de qualquer poder político consciente. Mas uma natural distensão e menor coesão no Bloco Ocidental produzem, por certo, uma menor dissuasão coletiva, que pode facilitar o desencadeamento de ameaças militares regionais.

— A consideração das novas ameaças não deve dar a idéia de que, fazendo-o, nos situamos exclusivamente na área da estratégia, porque só há estratégia quando há uma vontade antagônica, uma intenção hostil, e quando se desenvolve ou prefigura a guerra. Quer isto dizer que se as Forças Armadas, mercê da sua vincada hierarquia, disponibilidade e espírito de missão, podem e devem colaborar no tratamento de algumas dessas ameaças, não devemos esquecer que essa não é a sua missão primária.

• O Alargamento da Intervenção

O alargamento da intervenção para outros espaços geográficos, para outras formas de ação estratégica, além da militar, e para outros tipos de intervenção pode resultar de uma maior liberdade de ação que é conseqüência do desanuviamiento e do fim do sistema bipolar; de terem surgido, nos espaços regionais a que estamos ligados por acordos de defesa, idêntica tendência; de, por interesses nacionais coincidentes com interesses regionais, ou por solidariedade, podermos ter que vir a atuar em operações combinadas *out-of-area*; de os países amigos de língua portuguesa estarem a procurar, com ansiedade, a paz, e termos, com eles, traços culturais comuns e interesses de vária ordem; e de o alargamento da intervenção ser uma forma de afirmação do poder do Estado, que lhe dá uma maior "capacidade negociadora" em política externa.

O alargamento da intervenção é lógico, porque cada vez mais somos menos indiferentes e mais dependentes de tudo o que se passa no mundo; é natural, pela nossa propensão (genética, julgo) para o mundialismo e para o diálogo com os outros

povos; e, também, histórico, como confirma Paul Valéry, ao dizer que foram as nossas descobertas que deram origem "ao mundo finito", e Marx, quando lhes atribui "a inauguração da biografia moderna do capital".

Apesar de lógico, natural e histórico, o alargamento da intervenção, como tendência estratégica, sugere-nos que uma eventual intervenção na África, resultante de acordos bilaterais, e na África ou noutras regiões do globo, no quadro da ONU, em operações de manutenção da paz, se situa, normalmente, no ambiente de um conflito de baixa intensidade, onde as nossas forças, o equipamento e o treino são adequados ou facilmente convertíveis; mas a participação em forças multinacionais, nos quadros na OTAN ou da UEO, exige um esforço de modernização dos meios.

• A Reformulação dos Arranjos Estratégicos

A reformulação dos arranjos estratégicos é necessária por a conjuntura internacional se ter alterado significativamente; por se manterem as preocupações de paz da OTAN, mas ser muito baixa a probabilidade de uma ofensiva de Leste, devido ao desaparecimento do pacto e à necessidade que a URSS tem do Ocidente para promover o seu desenvolvimento; por emergirem outros pólos de poder e áreas de tensão; por a Europa desejar manter uma garantia de segurança e pretender realizar uma política externa comum; pela consciência que temos das nossas limitações de poder e conseqüente necessidade de usufruirmos de sistemas de defesa coletiva.

Nessa reformulação ter-se-á, certamente, em conta, o valor da nossa posição geoes-

tratégica, de charneira das Américas com o Velho Continente, do Norte com o Sul, do mundo desenvolvido com o mundo que deseja o desenvolvimento, do Ocidente de raiz cristã com o islamismo. Mas não se poderá esquecer que, pelo fato de sermos coligados, o valor dessa posição aumenta e, com ele, as ameaças sobre o nosso território.

Há, pois, que estatuir com muita clareza, nesses arranjos, a divisão do trabalho estratégico no espaço de interesse nacional, e as importantes contrapartidas que deveremos receber para adequar as nossas forças a essas ameaças.

Admitindo que a defesa do território nacional é uma obrigação nossa, já que a história nos ensinou que a presença dos aliados origina, freqüentemente, intromissões inaceitáveis na soberania, há que modernizar as nossas forças, por forma a torná-las aptas a realizar essa tarefa.

Além da utilização da nossa posição geoestratégica, é óbvio que a nossa solidariedade nas Alianças também terá que ser manifestada por outras formas, devendo aí regular-se pela medida dos nossos interesses e pela proporcionalidade dos nossos recursos.

• O Realce do Irregular

A tendência para sublinhar o irregular surge nas considerações sobre a ameaça e, também, na postura de defesa. Nas considerações sobre a ameaça porque existe a idéia, e consta de alguma documentação, que a ameaça mais provável, sobre o território nacional, é deste tipo; na postura de defesa, pela declaração do dever de resistir da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que se prolonga na tarefa que tem sido cometida

ao Exército de criar condições para a sua realização.

Essa tendência tem raízes históricas; resulta, também, da consciência das nossas limitações, por se pensar que há ameaças que não teremos capacidade de esconjurar por outra forma; e, tem o fundamento lógico, de que uma resistência movida e sustentada por uma forte consciência nacional pode constituir um dissuasor importante.

Faz-se, no entanto, duas observações. A primeira é que, ao enfatizar-se a ameaça dos irregulares pode estar a apontar-se para a quase dispensabilidade do Exército, porque, em princípio, as Forças Policiais e de Segurança deveriam ser suficientes para lhe fazer face. A segunda é que, ao proclamar a resistência, está a admitir-se a falência do aparelho de coação militar, o que faz dela a *ultima ratio* e transforma a batalha, que a antecedeu, na "penúltima *ratio*". Isto não é um jogo de palavras, ou pura especulação, mas pretende dizer que sabendo-se a atenção que o poder deve dispensar ao aparelho militar, que normalmente executa a *ultima ratio*, existe o perigo de essa atenção se deslocar do aparelho militar para a resistência. Um serviço militar de muito curta duração, que dificilmente permita a utilização da generalidade dos jovens na componente operacional das FA, pode ser já encarado como um sintoma desse desvio.

CONFRONTO

Coloquemos agora, frente a frente, os modelos de serviço militar e as tendências para a elaboração da doutrina e para a ação estratégica, que foram anteriormente

enunciadas, para procurarmos conhecer os indícios de preferência de cada um dos modelos. Recordemos, porém, que, por uma questão de simplicidade, apenas utilizaremos dois modelos nesse confronto: o serviço militar obrigatório, que desenha a formação dos Exércitos de contingente; e o serviço militar voluntário, com permanência nas fileiras por períodos variáveis (longos e curtos), que configura os Exércitos profissionalizados.

A Fundamentação Histórica

A tendência para a fundamentação histórica, na elaboração das doutrinas estratégicas, função do exemplo e do saber acumulado ao longo de gerações, fornece alguns elementos de reflexão, que deverão, depois, ser caldeados com outros indicadores provenientes das restantes tendências.

A História ensina-nos que o serviço militar obrigatório e os Exércitos de contingente surgem, mais frequentemente, nos seguintes períodos:

- quando existe uma elevada motivação ideológica ou religiosa, que influencia as populações e é fator de moral para os combatentes. Este cenário é o do Exército de conscritos, de 1793, inicialmente para a defesa da França e da Revolução e, posteriormente, para a exportação das idéias revolucionárias; é, também, o que se passou na Reconquista ibérica, no ardor da luta dos seguidores de Cristo contra os de Maomé, porque nos diplomas de concessão de forais e nas determinações dos primeiros reis, desenhava-se, já, a obrigatoriedade do serviço de hoste, de fossado, de apelido;

- quando há, nas populações, uma grande consciência da ameaça, de que são exemplos paradigmáticos, em Portugal, a constituição do Exército em 1640, que permitiu consolidar a Restauração ao longo de uma campanha de 28 anos; e, nos nossos dias, a constituição das Forças Israelistas, que se têm batido, em sucessivas campanhas, contra os Países Árabes;

- quando está em causa a defesa do "santuário", que sendo a expressão territorial do último reduto, pode arrastar na sua perda o próprio Estado. Indica-se, como exemplos, o caso da Suíça, nos últimos séculos, com a sua estratégia eminentemente defensiva; e o de Portugal do século XIV, nas suas lutas com Castela, particularmente, no período em que surgiu um apoio incontestável do povo — da "arraia-miúda", como refere Fernão Lopes — à causa do Mestre de Avis;

- quando a envergadura do conflito demonstra ser necessário um grande volume de forças, como se passou na Primeira Guerra Mundial e na nossa campanha da África, nos anos 60 e 70;

- quando os "utensílios" de combate são pouco diferenciados de outros de utilização corrente, ou são de manejo simples, como sucedeu nos levantamentos populares da Europa Medieval, ou se verificou nas subversões e nos exércitos revolucionários do nosso tempo, ainda que a obrigatoriedade do serviço seja, por vezes, mais de ordem moral que legal.

Por sua vez, o serviço militar voluntário e os Exércitos profissionalizados têm surgido, frequentemente, nos seguintes momentos históricos:

- quando aquilo que se defende são mais os interesses da Direção Política, que os da Nação, o que se verificou em grande parte

dos conflitos dinásticos, do meio do nosso milênio, e em certas tendências imperiais;

- quando a ação estratégica se projeta fora do "santuário" e sem relação evidente com a sua defesa, como foi o caso das expansões imperiais, de Roma ao nosso próprio "império";

- quando a complexidade tática e a exigência de qualidade obrigam a uma instrução e a um treino prolongados, sem os quais não é possível obter-se a eficiência dos combatentes e das unidades, de que são exemplos vários exércitos do século XVIII e, talvez, as forças coligadas no conflito do Golfo, apesar de a proximidade temporal desse acontecimento não nos permitir, ainda, uma análise histórica;

- quando é muito elevada a especificidade e custo de certos meios, o que sucedendo, também, em algumas formações do Exército, é mais evidente em relação às Marinhas modernas e à Força Aérea, função da morosidade da preparação dos seus combatentes;

- quando se nota o aburguesamento das populações e a conseqüente valorização do bem-estar, que foram evidentes na fase final do império romano; em certas nações européias, após a Idade Média, nos momentos de crescimento de importância da burguesia; e que se nota, ainda, em algumas unidades políticas do nosso tempo.

O Desejo de Modernização

O desejo da modernização pode manifestar-se com qualquer dos modelos de serviço militar, mas há certas pistas que apontam para a adoção preferencial de um ou de outro.

O serviço militar obrigatório pode aparecer, com mais freqüência, quando se trata

de países pobres em tecnologia e com recursos econômicos limitados, tendo a modernização que orientar-se para a maximização dos meios existentes e para o aperfeiçoamento das doutrinas; quando, por razões diversas, não é possível substituir quantidade por qualidade; quando são exíguos os meios de tecnologia avançada, por dificuldades de obtenção ou manutenção; quando os meios de combate são de fácil operação, o que sucede quando é pequena a incorporação de tecnologia, ou quando o desenvolvimento tecnológico é tal que a operação dos meios se torna simples.

O serviço militar voluntário pode aparecer, com mais freqüência, quando os meios de combate são de tecnologia avançada; quando o acréscimo do valor da Força, resultante dos meios utilizados, permite diminuir o pessoal; quando, por alterações na força material, ou na força moral, é possível ou aconselhável substituir-se quantidade por qualidade; quando haja necessidade de instrução e de treino, caros e prolongados; quando do aparecimento de meios tecnologicamente muito diferentes dos que eram anteriormente utilizados; quando, sendo as perdas inaceitáveis, a logística e tecnologia permitem aumentar, significativamente, o potencial de combate; quando se torna necessário efetuar uma modernização em curto prazo.

A Procura da Legitimidade

A procura da legitimidade na formulação das doutrinas estratégicas é, em princípio, independente dos tipos de serviço militar, mas o peso dessa legitimidade pode influenciar a escolha do modelo a adotar.

É mais fácil utilizar um exército de contingente quando existe um grande consenso interno quanto à legitimidade da ação; quando se trata da defesa do solo pátrio ameaçado; e, de um modo geral, quando a legitimidade é muito evidente.

Pelo contrário, utilizam-se, mais facilmente, exércitos profissionalizados, quando há menores consensos, ou mesmo posições internas antagônicas quanto a legitimidade das ações; quando se trata de interesses que se julgue serem menos vitais para o Estado, como são as ações de solidariedade com as Alianças, ou a "defesa da ordem internacional"; e quando o conceito de legitimidade é muito elaborado e de difícil entendimento para a maioria da população.

A Evolução do Conceito de Ameaça

A atual evolução do conceito de ameaça fornece-nos alguns apontamentos sobre o modelo de serviço militar a seguir, consoante o volume e a tipologia dessas ameaças.

É mais fácil a utilização de um serviço militar obrigatório quando existe uma elevada percepção da existência da ameaça, ou quando ela surge com um aspecto generalizado; quando se trata de ameaças sobre o "santuário", ou sobre outros interesses vitais do Estado; quando a ameaça não está ligada a uma grande sofisticação de meios; e quando existe a possibilidade de ela poder "crescer" por mobilização.

O emprego de voluntários e de um Exército profissionalizado é mais natural quando se atrevesse períodos de difícil percepção da ameaça; quando, tratando-se de ameaças razoavelmente conhecidas, elas são de reduzida dimensão e localizadas; quando

as ameaças se desenvolvem fora do "santuário", ou não parecem afetar interesses vitais; e quando se prevê um conflito de curta duração.

O Alargamento da Intervenção

O alargamento da intervenção aponta, tendencialmente, para a utilização de um modelo de serviço militar voluntário e a constituição de Exércitos profissionalizados, por estes estarem mais facilmente disponíveis; por haver, normalmente, menores dificuldades legislativas para a sua utilização; e por se obter, mais facilmente, o apoio da opinião pública para a intervenção de profissionais, do que para a utilização de conscritos.

A Reformulação dos Arranjos Estratégicos

A reformulação dos arranjos estratégicos pode ser feita com os dois modelos de serviço militar e com os dois tipos de exército, ainda que haja alguns indicadores para a utilização de uns ou de outros.

Apontam para um modelo de serviço militar obrigatório e para um exército de contingente a necessidade de uma política de expansão de forças; não se prever uma agressão eminente e existirem meios e condições que garantam um *warning time*, que permita o "crescimento" das forças; colocar-se a ênfase, nesses arranjos, na defesa do solo pátrio e na defesa dos interesses nacionais; as situações em que, dentro da manobra militar global, o vetor da manobra militar terrestre é o mais importante; a circunstância de se querer manifestar, nesses arranjos, um maior empenhamento nacional.

Por outro lado, indicam um modelo de serviço militar voluntário e um exército profissionalizado a necessidade de forças altamente disponíveis, com elevados graus de prontidão; as situações em que a ênfase é colocada nos interesses das coligações; optar-se pela multinacionalidade das forças em pequenos escalões; disponibilizar-se forças de intervenção desde o tempo de paz; haver uma clara política de redução de forças; as situações em que, dentro da manobra militar global, as componentes naval e aérea tenham maior expressão; a operacionalidade das forças combinadas exigir um intenso "treino cruzado".

O Realce do Irregular

O realce do irregular, se muito pronunciado, pode deixar de ser um complemento da estratégia militar, para passar a ser uma forma de a substituir. Essa intenção, ou mesmo uma política de menor necessidade, ou de desnecessidade das FA, pode fundamentar-se, teoricamente, na redução da ameaça, ou de ela poder ser tão elevada que se julgue impossível fazer-lhe face com as forças regulares.

A manter-se, porém, essa tendência e um serviço militar, deverá optar-se pelo serviço militar voluntário, por uma aparente menor necessidade do Exército e porque as forças navais e aéreas, que pouco têm a ver com a resistência, dependem muito mais desse modelo. Mas deve notar-se que, se existir o propósito de diminuir o Exército, pela valorização da resistência, as manobras naval e aérea dificilmente se poderão realizar, dada a sua dependência de bases terrestres que, em nosso entender e nessas circunstâncias, ficarão severamente comprometidas.

REFLEXÕES FINAIS

Após as considerações que foram feitas, quanto aos modelos de serviço militar nas diferentes tendências doutrinárias, que julgamos dever sublinhar, estamos em condições de apresentar alguns aspectos conclusivos e reflexões finais.

As Tendências e os Modelos

1. O serviço militar obrigatório e os exércitos de contingente surgem, mais freqüentemente, quando, nas tendências doutrinárias:

- as motivações são muito elevadas;
- as ameaças são de fácil percepção e volumosas;
- é muito importante e evidente o valor daquilo que se defende;
- é fácil a instrução e mobilização de grandes contingentes;
- há um declarado e generalizado apoio da população à ação militar.

2. O serviço militar voluntário e os exércitos profissionais surgem, mais freqüentemente, quando nas tendências doutrinárias:

- é menos importante, ou mais dificilmente perceptível, o valor daquilo que se defende;
- as ameaças são menos evidentes, limitadas, ou muito sofisticadas;
- se prevê ou se trata de intervenções militares no exterior do "santuário";
- os recursos e a tecnologia aconselham que se privilegie a qualidade;
- são exigidos elevados estados de prontidão das forças;

• há um menor apoio da opinião pública para a ação militar.

3. Para além, ou conjuntamente com os indicadores provenientes das tendências doutrinárias, que ao longo do trabalho procuramos racionalizar e sintetizamos nos parágrafos anteriores, também podem ser, entre outros, fatores determinantes da escolha do modelo de serviço militar, os seguintes:

• *Do Serviço Militar Obrigatório:*

— existir uma elevada consciência nacional e uma noção da necessidade do sacrifício generalizado, para a obtenção de uma defesa consistente;

— haver uma forte tradição de serviço militar obrigatório, que funcione como uma quase herança cultural;

— não surgirem posições significativamente diferentes quanto às necessidades de defesa, entre as gerações e entre governantes e governados;

— a disponibilidade de recursos humanos e a carência de recursos materiais obrigarem a que se privilegie a quantidade sobre a qualidade;

— haver, por parte da direção política, o receio de que um exército profissional lhe possa dificultar ou contestar o exercício do poder.

• *Do Serviço Militar Voluntário:*

— viver-se um ambiente em que o individualismo apague ou marginalize os valores de segurança e defesa;

— notar-se uma pronunciada influência, junto do poder e da formação das opiniões, de uma pseudo-inteligência tocada pelas utopias pacifistas;

— haver uma grande lassidão nas populações, resultante de traumas, conformismo, ou aburguesamento;

— existir uma informação poderosa que, por demagogia, inconsciência, protagonismo, ou convicção, adultere a idéia do “preço de sangue” que por vezes é preciso “pagar” para a defesa de valores essenciais;

— pretender-se uma total identificação da direção política com a chefia militar, como sucede nas ditaduras militares;

— haver uma forte tradição, ou ter-se optado pelo sistema de voluntariado, o que dificulta a transição ou o regresso ao sistema obrigatório, que abrange um universo muito mais vasto de cidadãos.

O Serviço Militar em Portugal

O serviço militar obrigatório tem grandes tradições em Portugal, podendo dizer-se que tem sido este, quase sempre, o modelo que temos adotado ao longo de oito séculos de história. Porém, com caráter de exceção, houve períodos em que se utilizou e advogou o profissionalismo, sendo exemplo, desse debate, a seguinte proposta do Conde de Lippe para o Conde de Oeiras, em carta datada de 1764:

“Para em tempo de guerra tirar algum partido da milícia, chamada auxiliar, cumpre tê-la bem armada, revistada e exercitada...

...Não me atrevo contudo a aconselhar a sua supressão, a menos que lhe pudesse substituir coisa melhor (mas) penso que seis ou oito mil homens de uma boa Infantaria, isto é, a quinta ou sétima parte do número de auxiliares, prestaria em tempo de guerra serviço muito mais seguro...”

No momento atual parece, também, estar a gerar-se uma tendência para o profissionalismo, provavelmente resultante da idéia de que é reduzida a probabilidade de ameaças militares de grande envergadura sobre o território nacional, e da tendência para o alargamento da intervenção; de a população portuguesa ainda não se ter recuperado completamente do trauma da guerra de África e da preocupação que uma possível necessidade de atuação de forças não deve ser posta em causa pela opinião pública (é mais fácil utilizar profissionais que conscritos); da lassidão, apatia e desinteresse, de certa juventude cidadina, pelo SMO (apesar de ele estar consagrado na Constituição), que sublinha a idéia da incomodidade do serviço e procura esbater a sua obrigatoriedade; de um certo mimetismo, resultante da observação da capacidade operacional de forças profissionais de outros países e de não parecer compatível a utilização dos modernos meios de tecnologia avançada com reduzidos tempos de serviços; e da maioria da nossa democracia que, fazendo desaparecer aquela idéia de Oliveira Martins, segundo a qual "o Exército era uma prolacão dos partidos, uma parte, armada, das clientelas", terminou com o receio do golpismo militar, que se manifestou em Portugal desde o século XIX aos nossos dias.

São indícios dessa tendência para a profissionalização das FA a pretensão de se constituir um sistema de forças operacional com base em profissionais, contratados e voluntários, e a redução drástica do tempo de prestação do SMO.

Essa tendência leva-nos a tecer as seguintes considerações:

- são fundamentos racionais para a profissionalização das FA uma possível intervenção mais alargada, a moderna

tecnologia dos meios de combate e um salutar desejo de aumento de operacionalidade das forças;

- a entrega da violência armada a forças profissionalizadas, quando sugerida por critérios de eficácia, também parece ser uma orientação correta. Mas porque significa transformar-se um dever e um direito que deveria ser de todos, na obrigação de apenas alguns, corre-se o perigo de a defesa deixar de ser nacional;

- a profissionalização militar pode esvaziar de significado e conteúdo os elos defesa-nação e FA — sociedade, isolando os militares do todo nacional, criando duas formas de viver, de sentir e, até, de morrer;

- privilegiar-se a qualidade, em detrimento da quantidade, poderá não ser melhor forma de cumprir a tarefa de defender, e está por provar que os exércitos profissionais sejam os instrumentos mais adequados para garantir a segurança do solo pátrio.

O Serviço Militar e a Guerra

Pela definição trinitária de Clausewitz, a Guerra é, "*primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural; o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma; e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política...*".

O ódio e a animosidade, que têm como referência e meio o povo que a tem que praticar, podem aconselhar que os seus agentes — os militares — sejam conscritos ou vo-

luntários, consoante a dimensão e intensidade desses sentimentos; a livre atividade da alma, que é exercida pela cúpula da chefia militar, dá igualmente abertura a qualquer dos dois modelos de obtenção do potencial humano para a força militar; mas a sua natureza subordinada de instrumento da política diz que compete, indubitavelmente, à direção política essa escolha, tendo mais ou menos em consideração o que o povo sugere e a chefia militar aconselha.

No entanto, a *prudência* aconselha que essa escolha seja objeto de madura reflexão, em função das dialéticas: sacrifícios — segurança; interesses individuais — interesses coletivos; necessidades do presente —

necessidades do futuro. A *flexibilidade* e a *clarividência* apontam para os sistemas mistos, com um peso variável de um ou de outro modelo, consoante as circunstâncias, e devem permitir que se possa inverter as tendências em função das necessidades. A *eficiência* e a *honestidade* aconselham que a solução encontrada não seja um fim da política interna de curto prazo, mas seja um meio de servir a política externa e a estratégia a longo prazo, para que as FA constituam um elemento efetivo do poder nacional que permita garantir os objetivos de soberania e independência, por forma a atingir esse fim do Estado que é a sua segurança. □

O PRAZER VALE UMA BRAHMA.

A CERVEJA

Nº 1

